

ENTREVISTA COM JAMES GREEN

AN INTERVIEW WITH JAMES GREEN

Historiador brasileiro e militante da causa LGBT, James Naylor Green é professor na Brown University, nos Estados Unidos, e professor visitante da Hebrew University, de Jerusalém. É autor dos livros *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX* (Unesp, 2000); *Frescos trópicos: fontes sobre a história da homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980)*, com Ronald Polito (José Olympio, 2006) e *Apesar de vocês: a oposição e a Ditadura Militar brasileira nos EUA* (Companhia das Letras, 2009). Sua mais recente publicação, *Revolucionário e gay: a vida extraordinária de Herbert Daniel*, será lançada em julho pela Editora Civilização Brasileira no XIV Congresso da Associação Brasileira de Estudos (Brasa) na PUC-Rio.

De acordo com o Memorial da Resistência de São Paulo, a trajetória de militância política de James Green, como é conhecido, teve início no final dos anos de 1960, no contexto de luta pelo fim da Guerra do Vietnã. Inserido nesse meio, envolveu-se com um grupo de jovens quaker que estudavam os conflitos políticos da América Latina. Por afinidade pessoal, James elegeu o Brasil como objeto principal de análise. Assim, passou a integrar um grupo de oposição à ditadura chamado Committee Against Repression in Brazil, liderado pelo ex-presos político Marcos Arruda. Paralelamente, participou de um amplo processo de emancipação do movimento homossexual nos Estados Unidos, determinante para sua politização. Em 1975, ao encontrar-se com a também militante política Marta Arruda, mudou-se para a América Latina e fixou-se na capital paulista. No Brasil, participou da criação do grupo Somos de Afirmação Homossexual (Somos), que representou o primeiro núcleo homossexual organizado dentro da esquerda. Ainda nesse período, estudou ciência política na USP, engajou-se no movimento estudantil, atuando como dirigente de um núcleo da faculdade, além de ter militado na Convergência Socialista. Foi diretor do Centro de Estudos Latino-Americanos e Caribenhos da Brown University de 2005 a 2008, é ex-presidente da Brasa e atuou como presidente do New England Council on Latin American Studies (Neclas) entre 2008 e 2009.

Acervo. *O senhor é um grande pesquisador em arquivos no Brasil e no exterior; é possível observar se eles custodiam acervos que representem a diversidade de culturas, etnias, línguas, pensamentos, sexualidades para além daquela sob a repressão do Estado, como, por exemplo, acervos que representem o negro para além da escravidão?*

James Green. Esse foi o meu grande desafio quando resolvi fazer a primeira história social sobre a homossexualidade masculina no Brasil, a minha tese de doutorado na University of California, Los Angeles (Ucla), que depois resultou no livro *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*, publicado pela Editora da Unesp em 2000. Foi muito difícil fazer uma pesquisa nos arquivos para contar o cotidiano de homens que amavam e transavam com outros homens. Como a homossexualidade em si não era proibida, ou seja, as leis contra sodomia não vigoravam mais durante grande parte dos séculos XIX e XX, não existiam processos que pudessem identificar pessoas para que se extraíssem dos documentos informações sobre o dia a dia desses indivíduos.

Eu tinha que procurar outras fontes, como, por exemplo, prontuários do sanatório Pinel, em São Paulo, que estão no Arquivo Público do Estado de São Paulo, e encontrei oito ou nove casos de pessoas internadas nessa instituição por serem homossexuais. Outra fonte para a pesquisa foram os jornais em que *eventualmente* se encontrava um ou outro artigo sobre um homem efeminado ou uma caricatura de um “fresco”, que indicava os valores sociais e culturais a respeito de homens que não conformavam com os padrões de masculinidade estabelecidos pela sociedade brasileira. Nos anos de 1950, quando há transformações socioeconômicas e culturais e um processo de urbanização exacerbada, encontramos mais fontes, especialmente sobre clubes e boates que homossexuais frequentavam e, a partir dos anos de 1960, jornaizinhos e a possibilidade de histórias orais para recuperar a vida além da repressão. A partir do surgimento do movimento homossexual na década de 1970, é mais fácil conseguir fontes.

Acervo. *O Plano Setorial de Arquivos, elaborado pela sociedade civil durante o governo de Dilma Rousseff (2011-2016) no âmbito do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), afirma que os arquivos devem custodiar e conservar documentos referentes aos povos e comunidades tradicionais e indígenas e aos grupos de cultura popular, LGBT e de pessoas com deficiência. Qual a sua opinião sobre isso? Qual a importância de o Estado preservar o patrimônio documental dessas minorias?*

James Green. Considero fundamental esse tipo de instrumento que incentiva a custódia de material que possa servir para futuros pesquisadores. Na verdade, historicamente o Arquivo Edgard Leuenroth da Unicamp foi pioneiro na sua disponibilidade em receber e processar material sobre questões LGBT, e hoje em dia tem a maior coleção sobre o tema no país. É possível que o Museu da Diversidade, em São Paulo, tenha expandido seu acervo também, recentemente. Penso ser importante que o material seja colecionado em vários lugares do país, não somente para o acesso de pessoas que não possam viajar para o Rio de Janeiro ou

para São Paulo, mas também para garantir que documentos sejam preservados em diversas localidades, caso um ou outro arquivo não seja bem administrado.

É necessário que as instituições arquivísticas façam não somente apelos para que cidadãos possam doar arquivos pessoais, mas que elas também divulguem esse acervo por meio de exposições e eventos, a fim de que o público interessado possa familiarizar-se com o arquivo e o seu conteúdo.

Nós estamos iniciando um projeto internacional para digitalizar e indexar documentos de arquivos de pessoas do movimento LGBT em toda a América Latina com o objetivo de que historiadores e outros pesquisadores possam acessar esse material facilmente. Penso ser um desafio dos arquivos tentar disponibilizar esse tipo de material na Internet para que um público maior possa ter acesso a essas informações.

Acervo. *Além de custodiar acervos que representem a diversidade brasileira, o mesmo Plano preconiza que as instituições arquivísticas devam se preparar para realizar ações de mediação cultural e apoiar pesquisas que contemplem essa diversidade com o objetivo de popularizar os arquivos e torná-los espaços democráticos e equipamentos culturais ocupados por todos e todas. Contudo, no Brasil, notamos certo receio, sobretudo de parte da comunidade arquivística, de que aproximar os arquivos da área cultural poderia enfraquecer a sua importância na gestão de documentos, bem como o seu orçamento. O que o senhor acha de iniciativas de mediação cultural em arquivos e o reconhecimento dessas instituições como equipamentos culturais?*

James Green. Como respondi na pergunta anterior, creio ser *fundamental* esse tipo de atividade de qualquer arquivo, cuja missão deve ser não somente adquirir, preservar e guardar documentos, mas divulgar o conteúdo dos seus arquivos para o público. Isso também gera a possibilidade de mais doações de coleções particulares, que às vezes não recebem destaque em muitos arquivos públicos.

Acervo. *Em suas recentes pesquisas sobre a repressão da Ditadura Empresarial-Militar às homossexualidades, o que o senhor encontrou preservados nos arquivos que podem ajudar a (re) contar a história do movimento LGBT no Brasil? Foi fácil essa busca? Os arquivos no Brasil estão preparados para atender pesquisas como essa, mesmo após o término das atividades da Comissão Nacional da Verdade (CNV), órgão responsável por digitalizar milhões de páginas de documentos do período de 1964 a 1985?*

James Green. Realizamos pesquisas nos arquivos do Itamaraty, nos arquivos da SNI (Serviço Nacional de Informações) e dos DOPS (Departamentos de Ordem Política e Social) de vários estados, entre outros lugares, mas a pesquisa não é fácil. Como existia censura e um código moralista que prevalecia durante a Ditadura Militar, muitas vezes os jornais não publicavam matérias sobre o tema, considerado ofensivo à moral e aos bons costumes. Por isso, é mais complicado localizar fontes sobre a prisão arbitrária e tratamento diferenciado de homossexuais presos, seja das organizações de oposição ao regime militar ou das pessoas “comuns”

presas por andar na rua com trejeitos femininos, no caso de homens, e masculinizados, no caso das mulheres. Luiz Morando, por exemplo, fez uma pesquisa meticulosa sobre a repressão a homossexuais em Belo Horizonte durante a ditadura, que implicava ler todas as edições de todos os jornais da cidade, página por página, para detectar indicação sobre a vida de homossexuais, as maneiras pelas quais a polícia reprimia a sua visibilidade pública e notícias avulsas sobre a sua sociabilidade. Ben Cowan fez outra pesquisa na Escola Superior de Guerra (ESG) para encontrar todas as referências à “imoralidade” e homossexualidade nos discursos, artigos e outros materiais das pessoas que frequentavam a ESG durante o regime militar, para poder escrever sobre as ideologias anti-homossexuais que estavam embutidas dentro da visão mais global dos militares e civis que apoiaram a ditadura. Marisa Fernandes, uma ativista histórica dos movimentos lésbico e feminista, colecionava durante os últimos anos material sobre lésbicas no Brasil, e com isso ela podia usar o seu arquivo particular para contar as particularidades das mulheres que amavam outras mulheres.

Para resumir, considero fundamental que haja uma política de Estado para incentivar a coleta, a organização, a preservação e a divulgação de grupos historicamente marginalizados, mas que conquistaram o seu espaço na sociedade brasileira e ainda estão lutando para a plena e completa cidadania. A presença desse material nos arquivos é essencial para as novas gerações de estudantes e pesquisadores que querem produzir os novos trabalhos sobre a história de pessoas LGBT no Brasil.

Entrevista realizada por Diego Barbosa da Silva